



AUTOR(ES): ROGÉRIO SANTOS VERSIANI, EDSON FELIPE DAMASCENO OLIVA, ROGÉRIO SANTOS VERSIANI e GUILHERME ROEDEL FERNANDEZ SILVA.

ORIENTADOR(A): GUILHERME ROEDEL FERNANDEZ SILVA

A LEI Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) E A SUA EFETIVIDADE FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

RESUMO: A Lei Maria da Penha é uma excelente ferramenta legal no combate à violência contra a mulher, sendo reconhecida internacionalmente por ser uma lei completa e que apresenta diversos mecanismos que visam a proteção da figura feminina, especialmente no ambiente familiar. Este texto tem como objetivo discutir brevemente a efetividade da lei 11.340/2006 no âmbito dos diversos casos de violência contra a mulher, no Brasil. Para a realização do presente trabalho, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, além das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, o que se fez por meio de doutrina, artigos jurídicos e legislações, com destaque para Lei Maria da Penha. Ademais, o método de procedimento utilizado foi o monográfico. Entre as principais adequações presentes na lei, que visa coibir a violência doméstica, estão a sua classificação em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, aumentando o rol de possibilidades de condutas que podem caracterizar um crime contra a mulher. As medidas protetivas de urgência, também são um excelente mecanismo, como: suspensão de porte de armas do agressor, afastamento do lar e proibição da aproximação com a ofendida ou seus familiares, que tem por fito, a proteção das vítimas da violência doméstica. Contudo, apesar de muita evolução, os números relacionados à violência contra as mulheres ainda apresentam números expressivos, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo necessário que os órgãos do sistema de segurança pública busquem mecanismos para mudar essa realidade. Além disso, apesar de inovadora, a real oferta da proteção oferecida pela lei nos tempos atuais é considerada insuficiente. Um exemplo disso é que foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional em 2011, que encontrou diversos casos de omissão do poder público. Em razão do acúmulo de casos, muitos crimes acabavam prescrevendo, o que demonstra a falta de ferramentas por parte das autoridades para fazer cumprir a lei 11.340. Logo, torna-se essencial que a administração pública tome medidas de forma a garantir a efetividade da lei, de modo a garantir a proteção da mulher brasileira.